



PARECER PRÉVIO Nº 16/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10953/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Hamilton Alves Villar, Prefeito Municipal
- 6- **Unidade Técnica:** Dicami/Dicop/Dicrea
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5596/2016-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do Sr. Hamilton Alves Villar Prefeito Municipal de Careiro, exercício 2014, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;

- 10- **Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 29 de Março de 2017
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 13- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 16/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº16/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10953/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Hamilton Alves Villar, Prefeito e Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** Dicami/Dicop/Dicrea
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5596/2016-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Concessão de Prazo. Recomendação. Arquivamento. Comunicação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Hamilton Alves Villar, Ordenador das despesas da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício 2014, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 2.192,06 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com fundamento no art. 52 da Lei Estadual n. 2423/96 c/c o art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelas Restrições da Dicami - item 1 e Restrições da Dicop – itens 1-3, do Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 13.152,36 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 52 da Lei Estadual n. 2423/96 c/c art. 308, II da Resolução n. 04/2002 pelos atrasos no envio de dados ao Sistema e-Contas, referente às competências de janeiro a dezembro (Restrições da Dicami – item 2 do Voto). O



ACÓRDÃO Nº16/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 6.576,18 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 52 da Lei Estadual n. 2423/96 c/c art. 308, II da Resolução n. 04/2002 pelos atrasos no envio dos dados do Relatório Resumidos de Execução Orçamentária ao Sistema Gefis, competência do 1º ao 6º semestre (Restrições da Dicrea no Voto). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.5. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 4.384,12 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 52 da Lei Estadual n. 2423/96 c/c o art. 308, V da Resolução n. 04/2002 pelas restrições da Dicop – itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9 no Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.6. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 52 da Lei Estadual n. 2423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelas restrições da Dicami – itens 5, 7, 8, 10, 12, 14-16 no Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.7. Considerar em Alcance** o Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 647.057,22 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Careiro com fundamento no art. 304, I da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, pela Restrição da Dicami – item 6 (R\$34.607,20); 18 (R\$17.904,30), 19 (R\$6.4446,51), 20 (R\$4.660,83), 21 (R\$41.684,84), 22 (R\$5.258,17), 23 (R\$13.598,58) e 24 (R\$1.442,81); Restrições da Dicop – itens 3 (R\$142.000,00), 4 (R\$ 112.154,39), 5 (R\$85.567,01), 6 (R\$76.030,51) 7 (R\$79.072,16), 8 (R\$78.000,00) e 9 (R\$23.237.11), no Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.8. Conceder Prazo** ao Hamilton Alves Villar de 30 dias para o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das



ACÓRDÃO Nº16/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

9.9. Recomendar ao Hamilton Alves Villar, bem como, ao atual Prefeito Municipal de Careiro, que:

9.9.1 - Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos.

9.9.2 – Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

9.10. Arquivar o presente processo e seus apensos, nos termos regimentais, após cumprimento das medidas acima.

9.11. Comunicar ao Sr. Hamilton Alves Villar e demais interessados desta Decisão.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Março de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Claudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral